

Informe de Conclusiones

Área Temática: **Los desafíos del gobierno electrónico para universalizar la ciudadanía digital**

Coordinador: **Rogério Santanna***

Refletir sobre ciudadanía digital requer que consideremos várias dimensões a respeito das transformações sociais e políticas em curso atualmente na sociedade. A começar pelo cidadão digital e as formas pelas quais ele acessa seus direitos, consome e cumpre com suas obrigações nesse novo ambiente transformado e permeado pelas tecnologias da informação e comunicação. Nesse contexto, promover a cidadania digital é um desafio para os gestores públicos porque requer um novo olhar sobre o processo democrático, sobre os instrumentos de participação política e as maneiras pelas quais as pessoas se apropriam desses mecanismos.

Os debates realizados durante o XIII Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e a Administração Pública, realizado de 4 a 7 de novembro, em Buenos Aires, mostraram que os governos continuam investindo muito mais no mundo das obrigações do cidadão em relação ao Estado que no universo dos seus direitos. O mundo dos direitos vem sempre atrás do mundo das obrigações em termos de investimentos e infra-estrutura porque os retornos financeiros são menos visíveis. É o caso das compras governamentais no qual fica perfeitamente clara a economia para o Estado quando este adota mecanismos que favorecem a concorrência e baixam os custos de transação e da compra porque um número maior de fornecedores consegue ofertar seus produtos à Administração Pública.

Ao priorizar o atendimento aos direitos dos cidadãos e a melhoria dos sistemas, o Estado tende a ter custos maiores porque um conjunto maior de pessoas consegue exercer esses direitos. Mas esse elemento já aparece com mais força no continente e inclusive com algumas experiências intercontinentais bem sucedidas, como é o caso do Mercosul, onde os países estão tratando do direito de aposentadoria dos seus cidadãos e aplicando normas comuns para o bloco. A idéia é que o cidadão que encerra sua vida profissional na Argentina, mas tendo trabalhado no Brasil ou no Paraguai, ou vice-versa, possa computar esse tempo de serviço para requerer a sua aposentadoria. Como esse exemplo, aos poucos começam a surgir mais sistemas que tratam de garantir os direitos dos cidadãos em relação ao Estado e, sobretudo, de interoperar esses direitos no âmbito deste bloco. Também destacamos a relevância da adoção de instrumentos que permitem maior confiabilidade aos processos como é o caso da assinatura e da certificação digital que estão cada vez mais sendo adotados por mais países do continente para que seus sistemas sejam seguros.

Quando falamos sobre os instrumentos para construir a cidadania, é preciso levar em consideração que o elemento fundamental para o seu exercício é a possibilidade de ter acesso às informações. Porém, essa oferta é sempre muito assimétrica porque o Estado detém muitas informações, mas elas nem sempre chegam aos cidadãos. A dificuldade no processo de troca de informações e de dados entre os diferentes entes da federação e segmentos da sociedade explica parte dessa dificuldade e mostra o quanto a interoperabilidade favorece a transparência pública.

Interoperar é um pressuposto fundamental para que tenhamos informações completas e, dessa maneira, possamos exercer a cidadania plena. Outro aspecto essencial é a transparência dessas informações que muitas vezes, mesmo disponíveis, não são acessíveis a todos. Embora existam muitas páginas de

* Secretário de Logística e Tecnologia da Informação. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasil.

governo na Internet, a linguagem ainda é cifrada porque os critérios de usabilidade e de acessibilidade, em geral, não estão aplicados. Então, é preciso repensar a maneira como o governo se comunica com a sociedade e enfrentar o desafio de desenvolver uma linguagem mais adequada para que de fato sejamos transparentes e acessíveis a todos.

As discussões ocorridas durante o Congresso mostraram claramente que é preciso uma liderança política capaz de estabelecer uma agenda de serviços interoperáveis e de negociá-la entre as diferentes instâncias políticas de uma federação. Quando não há uma liderança política, ou o Estado não tem um plano nacional estratégico para interoperar os diferentes serviços de governo eletrônico, ou este não está suficientemente organizado, surgem ilhas virtuosas de interoperabilidade, mas sem um plano integrado capaz de unificar e atuar para reduzir as assimetrias existentes. Isso ocorre, por exemplo, entre o Governo Federal, os estados e os municípios que, em geral, são a parte mais débil nesses processos porque têm tamanhos e níveis de desenvolvimento menores.

A grande maioria dos municípios não tem capacidade política, técnica e de gestão para implementar esses processos. Esse desbalanceamento significa que há poderes demais no âmbito da Federação e poderes de menos a medida em que diminui o tamanho de seus demais entes. Dificuldades essas que se refletem no governo eletrônico. Para que ele seja eficiente em todos os níveis da federação, é preciso uma liderança capaz de minimizar essas diferenças e desigualdades criando padrões e alternativas que minimizem o descompasso.

Quando se fala em cidadania é importante ressaltar, sobretudo, o papel da participação política e as oportunidades que as novas tecnologias da informação e comunicação oferecem no sentido de aproximar as pessoas do Estado. Nesse aspecto, temos que levar em conta o nível de penetração da Internet e a relevância dos programas e projetos que promovem a Inclusão Digital. Essas iniciativas são fundamentais e estratégicas para a promoção da cidadania digital, tendo em vista que a penetração e o acesso das tecnologias da informação e comunicação ainda são restritos no âmbito do continente latino-americano.

Sem programas que reduzam a brecha digital, essas tecnologias podem se tornar elementos de consolidação ou mesmo de ampliação das diferenças sociais já existentes. As experiências bem sucedidas de participação dos cidadãos em telecentros, infocentros e centros de qualificação para o uso das novas tecnologias, têm como fio condutor a ampla participação das comunidades locais onde os cidadãos tendem a se tornar sujeitos no processo de apropriação das novas tecnologias. Isso apareceu claramente em várias exposições durante o CLAD 2008 mostrando que quanto mais a sociedade se apropria do processo, maiores são as chances das novas tecnologias da informação e comunicação de fato interferirem na vida da comunidade.

Por outro lado, também há poucos espaços de participação pública e menos ainda espaços de participação pública não estatal. Essa situação conduz a uma assimetria de poderes entre o Estado e o cidadão que não tem o mesmo nível de informação. Para que haja uma democracia realmente consolidada, não bastam haver espaços de participação, é preciso que os agentes políticos possam interferir na agenda das discussões.

Nesse sentido, destacamos o surgimento das redes sociais e os seus novos papéis, bem como as comunidades de prática que aproximam as pessoas de seus representantes políticos. É o caso de experiências muito bem sucedidas nessa área, a exemplo do senador virtual no Chile e outras bem sucedidas no âmbito do continente e favorecidas pela crescente redução dos custos de transação.

As ferramentas que implementam as diferentes redes sociais como *My Space*, *Face Book* e outras nas quais o cidadão pode utilizar as comunidades de prática para a criação de espaços não estatais de discussão começam a ganhar importância na medida em que possibilitam o debate sobre a agenda política de forma independente do Estado. E, nesse sentido, há alguns facilitadores para que esse processo de cidadania possa avançar.

Outra questão debatida no Congresso foi o voto eletrônico e cujas apresentações mostraram um conjunto grande de opiniões a respeito. Se por um lado, temos o caso do Brasil que é um grande usuário do voto eletrônico, por outro, vemos países como a Colômbia ainda discutindo a viabilidade de sua implementação e com dúvidas sobre a segurança e os efeitos desse processo na cultura de sua sociedade. Mesmo na eleição para presidente dos Estados Unidos que mobilizou o debate mundial nos últimos meses, a participação e a votação eletrônica foram colocadas como questões centrais. O que nos mostra a grande disparidade de métodos utilizados nos países americanos para a escolha dos seus representantes.

Outra questão relevante sobre democracia eletrônica e participação cidadã é o grau da oferta de comunicação e de interação. Alguns parlamentos começam a avançar no sentido de criar espaços em que não só os partidos políticos e os representantes da população, os parlamentares, colocam as suas ofertas de comunicação interagindo e se aproximando das suas bases. Um tema citado em muitos painéis devido ao seu impacto no meio político, foi a campanha para presidente dos Estados Unidos que elegeu o primeiro presidente negro da história americana e também o primeiro candidato a presidente que usou todos os recursos da Web 2.0. O candidato Barack Obama conseguiu resgatar os jovens americanos para a participação política com ferramentas que eles estão acostumados a utilizar, num país que desfruta de grande penetração da Internet.

Isso significou a incorporação das abordagens tecnológicas atuais da sociedade em rede na participação política nos Estados Unidos e, provavelmente, estará presente na construção do mandato do novo presidente. Esse modo de fazer militância política através das redes sociais e dos espaços de participação como ocorreu na campanha do senador Barack Obama, agora presidente norte-americano, terá grande impacto na maneira de fazer política nas sociedades democráticas modernas.

Isso deixa claro que a rede foi incorporada ao ambiente político e para ilustrar essa reflexão, foi apresentado durante o congresso um estudo do caso chileno em que os partidos mais ao centro do sistema político têm uma participação maior na rede que os demais partidos. Essa é uma discussão muito interessante porque aborda a importância do poder legislativo abrir-se à participação política da sociedade.

Outro aspecto importante que vai influenciar a participação cidadã e o governo eletrônico será uma democratização dos dispositivos de acesso à internet com um crescimento do papel das novas redes de telefonia celular e das redes de terceira e quarta geração que já começam a se implantar, bem como dos novos instrumentos que a telefonia celular oferece, e até mesmo o sistema de mensageria SMS que pode ser utilizado para que um governo eletrônico baseado na Web ganhar mobilidade, tornando-se um governo eletrônico portátil.

Diante da crescente diversidade de instrumentos tecnológicos para promover a participação democrática na web, os painelistas questionaram, ainda, os sistemas de medição existentes atualmente na área de governo eletrônico. Essas pesquisas, em geral, tendem a não medir a conveniência para o cidadão, mas apenas a eficácia administrativa dos processos de governo eletrônico. Além disso, também são baseadas em indicadores de modelos de democracia antigos que consideram somente os

espaços estatais de participação. Mas na democracia da web 2.0 é preciso começar a levar em consideração também os espaços não estatais de participação - os chamados espaços informais.

Porém, para que exista realmente uma democracia, não basta haver participação, é preciso que todos os cidadãos possam participar da construção da agenda política. Somente o acesso às informações não é suficiente. O cidadão deve ser ouvido no processo e obter respostas para as suas questões e sugestões. Ressaltou-se, ainda, a importância das comunidades em rede e da sabedoria das multidões e o seu papel na consolidação da democracia digital. Além de promoverem a aproximação das diferentes comunidades isoladas geograficamente, possibilitam a geração de melhores normas e promovem, através da resolução de problemas comuns, novos saberes e inteligência contribuindo para a qualificação das decisões.